

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES –  
CACOAL/RO  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**MARILENE RAIMUNDA CAMPOS**

**INCAPACIDADE E INTERDIÇÃO: UMA ANÁLISE FRENTE O ESTATUTO DA  
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO  
2017**

**MARILENE RAIMUNDA CAMPOS**

**INCAPACIDADE E INTERDIÇÃO: UMA ANÁLISE FRENTE O ESTATUTO DA  
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da professora M.<sup>a</sup> Daeane Zulian Dorst.

**CACOAL – RO**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia  
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

C198i Campos, Marilene Raimunda.

Incapacidade e interdição: uma análise frente o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o novo Código de Processo Civil / Marilene Raimunda Campos. -- Cacoal, RO, 2017.

52 f.

Orientador(a): Prof. Me. Daeane Zulian Dorst

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Deficiência. 2. Incapacidade. 3. Curatela. 4. Interdição. 5. Estatuto da Pessoa com Deficiência. I. Dorst, Daeane Zulian. II. Título.

CDU 342.726-056.26

---

# **INCAPACIDADE E INTERDIÇÃO: UMA ANÁLISE FRENTE O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Por:

**MARILENE RAIMUNDA CAMPOS**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professora M.<sup>a</sup> Daeane Zulian Dorst - UNIR - Presidente

---

Professor Esp. Jônathas Siviero - UNIR - Membro

---

Dr. Elson Pereira de Oliveira Bastos - UNIR - Membro

Conceito: 84.

Cacoal, 19 de julho de 2017.

Aos meus amados pais, Genadir e Marcilene por sempre acreditarem em meu potencial e por sempre me apoiarem.

Ao meu esposo Gild e que sempre esteve ao meu lado dando força para continuar.

À minha filha, Livia, razão da minha vida, fonte de inspiração.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por me conceder força e paciência para realizar este trabalho.

Aos meus pais, marido, filha, irmãos e demais familiares, pois sei que cada um, de alguma forma, contribuiu para essa vitória.

À minha orientadora, Professora M<sup>a</sup> Daeane Zulian Dorst, pela paciência, dedicação e estímulos.

A todos os professores, mesmo aqueles que não contribuíram diretamente, pois sei que a tarefa de um professor é árdua e, na maioria das vezes não reconhecida.

A todos os meus colegas de turma, em especial, Erika, Evandro, João Ricardo, Filipe, Valesca, Thays e Rayhane, que possamos fazer jus a todo esforço que fizemos e, assim, alcançarmos as metas estabelecidas.

A todos que, a seu modo, contribuíram para a conclusão dessa etapa, meus cordiais agradecimentos.

“O que adquire sabedoria ama a sua própria alma; o que conserva o entendimento prospera.”

(Provérbios Cap. 19, vers. 8 – Bíblia Sagrada).

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as mudanças nos institutos da incapacidade civil e da interdição após a vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência e do Novo Código de Processo Civil, abordando o novo significado de tais institutos que passaram a ser pautados no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Traz-se à baila o modo como vai se operar a decisão apoiada, que é um instituto menos invasivo e inédito previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, pelo qual a pessoa com deficiência, que até então era sujeita a interdição e a curatela, passa a ter autonomia para indicar as pessoas que vão apoiá-la em diversos atos de sua vida civil. Cuida-se, ainda, de analisar o conflito doutrinário no tocante à permanência ou não da ação de interdição da pessoa com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro, após as alterações acarretadas pelo Estatuto da pessoa com Deficiência e pelo Novo Código de Processo Civil. Para a sua realização foi utilizado o método hipotético dedutivo e o procedimento técnico aplicado foi a pesquisa bibliográfica.

**Palavras-Chave:** Deficiência. Incapacidade. Curatela. Interdição. Estatuto da Pessoa com Deficiência.



## **ABSTRACT**

The present study aims to analyze the changes in institutes of civil incapacity and interdiction after the validity of the Statute of the Person with Disabilities and the New Code of Civil Procedure, approaching the new meaning of such institutes that started to be based on the constitutional principle of the dignity of the human person. It describes how the institute of the supported decision will be operated, a less invasive and unprecedented institute foreseen in the Statute of the Person with Disabilities, whereby disabled people, who until then were subject to interdiction and the guardianship, turns to have autonomy to indicate the people who will support them in various acts of their civil life. It is also taken care of analyzing the doctrinal conflict regarding the permanence or not of the action of interdiction of the person with disability in the brazilian legal system, after the changes entailed by the Disability Statute and the New Code of Civil Procedure. For its accomplishment the hypothetical deductive method was used and the technical procedure applied was the bibliographical research.

**Key words:** Disability. Inability. Curatorship. Interdiction. Statute of the Person with Disabilities.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA PROTEÇÃO NORMATIVA.....</b>	<b>12</b>
1.1 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SEUS REFLEXOS NA PROTEÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	13
1.2 DIPLOMAS INTERNACIONAIS – CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	14
1.3 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - LEI Nº. 13.146/2015. ....	17
<b>2 DA PROTEÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL.....</b>	<b>20</b>
2.1 DA CAPACIDADE CIVIL .....	20
2.2 DA INCAPACIDADE .....	22
2.3 MUDANÇAS NO REGIME DAS INCAPACIDADES APÓS O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	24
<b>3 AS ALTERAÇÕES NOS INSTITUTOS ASSISTENCIAIS APÓS O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>28</b>
3.1 CURATELA .....	28
3.2 NOVO INSTITUTO DE PROTEÇÃO: TOMADA DE DECISÃO APOIADA.....	32
3.3 INTERDIÇÃO .....	36
<b>4 ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS PROMOVIDAS PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM CONFLITO COM O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....</b>	<b>38</b>
4.1 A AÇÃO DE INTERDIÇÃO AINDA É POSSÍVEL? .....	38
4.2 ATROPELAMENTOS LEGISLATIVOS: PRINCIPAIS ANTINOMIAS ENTRE O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ....	41
4.3 POSSÍVEL SOLUÇÃO: PROJETO DE LEI 757/2015 .....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

Após diversas medidas discriminatórias, que visaram segregar a pessoa com deficiência, enfim surge uma lei destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social.

Trata-se da Lei nº. 13.146/15 denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecido de Estatuto da Pessoa com Deficiência - EPD, que entrou em vigor no dia 04 de janeiro de 2015. Com a nova lei, foram alterados e revogados alguns artigos do Código Civil, trazendo mudanças estruturais e funcionais na teoria das incapacidades, o que afeta por consequência os institutos da curatela e da interdição.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência busca esclarecer que não é pelo simples fato de a pessoa apresentar deficiência que esta deverá ser interditada, muito pelo contrário, a regra, agora, passa a ser a não interdição da pessoa com deficiência. A pessoa portadora de deficiência que antes era considerada incapaz passa a ser vista como uma pessoa plenamente capaz, e só será submetida à curatela, em casos extremantes excepcionais e pelo menor tempo possível.

No ordenamento brasileiro, a ação de interdição sempre teve o objetivo de vedar o exercício, pela pessoa com deficiência, de todos os atos da vida civil, porém com o Estatuto a tradicional ação de interdição dá lugar a um novo instituto, menos invasivo, que é chamada pela Lei de inclusão de decisão apoiada. A pessoa portadora de deficiência que até então era sempre sujeita a interdição e a curatela, passa a ter autonomia para indicar as pessoas, denominadas pela referida lei de apoiadores, que vão ajudar em diversos atos de sua vida civil.

As inovações trazidas pelo Estatuto da pessoa com Deficiência trouxeram grandes impactos na área civil e na área processual civil, visto que este mudou completamente a teoria das incapacidades, alterando os artigos 3º e 4º do Código Civil, deixando a pessoa com deficiência de fazer parte do rol de incapazes, passando a ser considerada como plenamente capaz, mesmo que em determinados casos específicos possa ser submetida à curatela ou a fazer o uso da decisão apoiada.

Na seara processual, a Lei nº. 13.146/15 trouxe um grande dilema, visto que parte da doutrina entende que a referida lei extinguiu a ação de interdição, pois a expressão “interdição” é considerada por estes uma forma pejorativa, pela qual preconceituosamente dá-se a entender que a pessoa com deficiência é inteiramente sem autonomia para tomar suas decisões. Outra parcela da doutrina entende que ação de interdição ainda existe, visto que o Código de Processo Civil em seu artigo 747 e seguintes prevê expressamente o procedimento da ação de interdição, sendo assim não há por que dizer que a interdição deixou de existir, mesmo a partir da entrada em vigor da Lei de inclusão.

Deste modo, é importante buscar entender, a partir das posições antagônicas da doutrina, os impactos ocasionadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência no ordenamento jurídico brasileiro, realizando, um estudo teórico para compreender tais alterações. Para tanto, o método utilizado foi o hipotético dedutivo e o procedimento técnico aplicado tem por base a pesquisa bibliográfica, sendo considerados os aspectos doutrinários, mediante fundamentos e princípios norteadores da capacidade civil, bem como, no ordenamento jurídico, dispositivos legais vigentes e artigos científicos atinentes ao tema.

## **1 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA PROTEÇÃO NORMATIVA**

As pessoas com deficiência, desde os primórdios, vêm sendo vítimas de preconceitos que dificultam sua inclusão na sociedade. Historicamente, sabe-se que alguns povos exterminavam ou segregavam do convívio social pessoas que tinham algum tipo de deficiência.

A exclusão social das pessoas com deficiência foi abordada por Foucault (2012, p. 09), o qual aponta que na Idade Média muitas cidades tinham por costume enviar seus “loucos” para outras cidades, com o objetivo de se ter uma higienização social.

Nessa conjuntura, Diniz (2016, p. 264) esclarece que o “portador de deficiência tem não só sofrido entraves na sua inclusão na sociedade e limites, no exercício de direitos, mas também sido vítima de preconceitos”, portanto a sociedade além de impor diversas limitações e restrições à pessoa com deficiência, ainda age de forma preconceituosa dificultando sua inclusão social.

Porém, com o decorrer dos anos, as sociedades passaram a se preocupar com o bem-estar da pessoa com deficiência, começando a criar políticas públicas garantidoras de direitos básicos, tais como saúde, educação, dentre outros. Assim, a sociedade passa cada vez mais a se conscientizar e a elaborar medidas de proteção às pessoas com deficiência. Desse modo, as pessoas com deficiência vêm sendo aceitas de forma gradativa como sujeitos de direitos e deveres capazes de participar de diversos dos atos da vida civil.

Historicamente, Piovesan (2015, p. 241) aponta quatro fases relativas evolução à proteção à pessoa com deficiência:

a) a da intolerância, período, em que, na história, se o repudiava, por ser tido como impuro, sendo sua deficiência um castigo de Deus pela prática de algum pecado; b) a da invisibilidade, fase em que os direitos do portador de deficiência eram, simplesmente, ignorados; c) a assistencialista, período em que se considerava o deficiente como um doente e como tal devia ser auxiliado, terapeuticamente, para obtenção de sua cura; d) a humanista, que procura sua inclusão social e a superação de obstáculos para a consecução de seus direitos, que devem ser resguardados normativamente.

Durante essas fases elencadas por Piovesan (2015), parte da sociedade, com grande influência dos direitos humanos, buscou elaborar tratados que visavam

tutelar o direito da pessoa com deficiência. Neste contexto, Diniz (2016, p. 264) aponta os principais tratados objetivando a proteção ao portador de deficiência:

a) Declaração das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas Com Deficiência, de 1975; b) Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, de 1999; e c) Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo, assinados em New York, em 2007, ratificados no direito brasileiro, com a promulgação do Decreto n. 6949/2009, tendo *status* de emenda constitucional (CF, art. 5º, §3º).

Dentre os tratados apontados por Diniz (2016), o que teve grande influência no ordenamento brasileiro em relação ao tema aqui tratado e que merece destaque é a Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência, que tem força de emenda constitucional e serviu de base para a elaboração da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

## 1.1 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SEUS REFLEXOS NA PROTEÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O princípio da dignidade da pessoa humana, segundo Ingo Wolfgang Sarlet (2001, p. 41) “é qualidade integrante e irrenunciável da condição humana, devendo ser reconhecida, respeitada, promovida e protegida. Não é criada, nem concedida pelo ordenamento jurídico, motivo por que não pode ser retirada, pois é inerente a cada ser humano”.

A dignidade da pessoa humana, além de ser um macro princípio constitucional, é o vértice do estado democrático de direito. O princípio da dignidade da pessoa humana tem por objetivo apontar os deveres do Estado de promover os meios necessários para uma vida humana digna.

Como ensina Piovesan (2014, p. 171), o processo de universalização dos direitos humanos “permitiu a formação de um sistema internacional de proteção destes direitos. Este sistema é integrado por tratados internacionais de proteção que refletem a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados”. Após a assinatura do protocolo facultativo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas

com Deficiência, o Brasil automaticamente foi incluído no Sistema Global de Controle relativo ao cumprimento das regras internacionais de direitos humanos.

Ressalte-se que o avanço na proteção dos direitos de todo e qualquer cidadão, incluindo a pessoa com deficiência, tem como marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois “as Pessoas portadoras de deficiências começaram a serem considerados cidadãos com seus direitos e deveres de participação na sociedade após o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos” (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p. 139).

O reconhecimento da dignidade da pessoa humana pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1945, e a assunção desse princípio ao patamar de alicerce fundamental da República Federativa do Brasil (Art. 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988), como norteador das relações sociais e jurídicas, foram fundamentais para a elaboração do Estatuto da Pessoa com Deficiência, haja vista, que o Estatuto se utiliza o princípio da dignidade da pessoa humana para a promoção da dignidade da pessoa com deficiência.

## 1.2 DIPLOMAS INTERNACIONAIS – CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Elaborada ao longo de 04 anos, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo, foi assinada em Nova York, em 30 de março de 2007, que contou com a participação de 192 países membros da ONU e de centenas de representantes da sociedade civil de todo o mundo (FERREIRA e OLIVEIRA, 2007, p. 53).

A Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência também conhecida como Convenção de Nova York, trata-se de um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos em especial, da pessoa com deficiência.

A partir da Convenção de Nova York passou-se a reconhecer e a promover os direitos humanos das pessoas com deficiência, bem como buscou-se, elaborar medidas que visam proibir e combater a discriminação contra as pessoas com deficiência. Nesse sentido Maior (2007, p. 09), esclarece que Convenção de Nova York:

Trata-se de um importante instrumento legal no reconhecimento e promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência e na proibição da discriminação contra estas pessoas em todas as áreas da vida, incluindo ainda previsões específicas no que respeita à reabilitação e habilitação, educação, saúde, acesso à informação, serviços públicos, etc. Simultaneamente à proibição da discriminação, a Convenção responsabiliza toda a sociedade na criação de condições que garantam os direitos fundamentais das pessoas com deficiência.

A Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência, além de um marco histórico, é de grande importância na legislação brasileira, pois foi aprovada no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, e promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949/2009. Por, ser um tratado que versa sobre direitos humanos, do qual o Brasil é signatário, passou a considerada o primeiro tratado Internacional de Direitos Humanos aprovado pelo Congresso Nacional, com efeito de emenda constitucional, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição da República.

Nos termos do seu artigo 1º, a Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência tem por objetivo: "promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente". Assim, os membros da convenção são obrigados a promover, proteger, e garantir que a pessoa com deficiência possa exercer de forma igualitária os seus direitos.

Ainda em seu artigo 1º, define pessoas com deficiência como "aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas". Conforme explica Tartuce (2016, p. 83):

O art. 3º da Convenção consagra como princípios a igualdade plena das pessoas com deficiência e a sua inclusão com autonomia, recomendando o dispositivo seguinte a revogação de todos os diplomas legais que tratam as pessoas com deficiência de forma discriminatória.

Deste modo, a Convenção de Nova York fez surgir uma nova visão, através da qual não se busca apenas proteção à pessoa com deficiência, mas também a



sua inserção ao seio da sociedade. Nesse contexto, Diniz (2016, p. 265) expõe que “a CDPD traz uma nova visão sócio-humanitária e jurídica do deficiente, procurando sua reabilitação no seio da comunidade, sua independência e sua igualdade no exercício da capacidade jurídica”.

Sendo assim, a Convenção de Nova York representa uma conquista de escala global cujo propósito é a concretização de direitos e garantias relativos às pessoas com deficiência, pois a Convenção buscou defender e garantir condições de vida com dignidade a tais pessoas.

Como forma de promover a igualdade e eliminar a discriminação o artigo 12 da Convenção de Nova York estabelece que a pessoa com deficiência têm capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os atos da vida civil. Já o artigo 5ª da Convenção além de reconhecer o princípio da igualdade, estabelece que a pessoa com deficiência não deva ser discriminada, e ainda preceitua como os Países signatários dessa convenção deverão atuar para a implantação de tais princípios:

Artigo 5 - Igualdade e não-discriminação:

1. Os Estados Partes reconhecem que todas as pessoas são iguais perante e sob a lei e que fazem jus, sem qualquer discriminação, a igual proteção e igual benefício da lei.
2. Os Estados Partes proibirão qualquer discriminação baseada na deficiência e garantirão às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.
3. A fim de promover a igualdade e eliminar a discriminação, os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para garantir que a adaptação razoável seja oferecida.

Como forma de garantir, que as medidas protetivas previstas na convenção sejam realmente cumpridas, os países signatários da Convenção de Nova York devem adotar medidas legislativas necessárias para assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos fundamentais, garantidos a todas as pessoas com deficiência.

Assim Ferreira e Oliveira (2007, p. 53) afirmam que:

Ao aderir à Convenção, os países signatários como o Brasil assumem compromisso de respeitar as pessoas com deficiência não mais em razão da legislação interna, mas de uma exigência universal de solidariedade, independente da condição pessoal de cada um.

Visando dar efetividade nas diretrizes compreendidas na Convenção Internacional sobre o Direito da Pessoa com Deficiência, no ano de 2015 o Brasil promulgou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n. 13.146/2015, que visa a normatização de diversas matérias referentes aos direitos da pessoa com deficiência elencados na Convenção de Nova York.

### 1.3 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - LEI Nº. 13.146/2015

Para normatizar e efetivar as diretrizes estabelecidas na Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência, foi sancionada no dia 06 de julho de 2015 a Lei nº. 13.146/2015, denominada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - EPD), publicada no dia 07 de julho de 2015, com *vacatio legis* de 180 dias, entrando em vigor, efetivamente no dia 04 de janeiro de 2016.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi elaborado com base na Convenção de Nova York, conforme preceitua o paragrafo único do artigo 1º da Lei n. 13.146/2015:

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

O Estatuto visa esclarecer que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas, em todos os aspectos da vida, garantindo ainda a sua inclusão na sociedade.

A Lei nº 13.146/2015 não alterou o conceito de pessoa com deficiência, adotando o mesmo estipulado pela Convenção de nova York. Assim o artigo 2º do Estatuto estabelece que pessoa portadora de deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Nos termos do seu artigo 1º, a Lei Brasileira de Inclusão “objetiva assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Nessa concepção o Estatuto enaltece o princípio da dignidade-liberdade, retirando a pessoa com deficiência da condição de incapaz, uma vez que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em condições de igualdade com as demais pessoas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é considerado hoje, como um dos dispositivos mais avançados na proteção dos direitos da pessoa com deficiência, uma vez que trouxe importantes orientações tanto ao exercício dos direito como à busca pela inclusão social da pessoa com deficiência.

Como bem aponta Diniz (2016, p. 265), o EPD busca dar efetividade aos direito das pessoas com deficiência, traçando:

Diretrizes não só para a proteção do exercício dos direitos e da plena cidadania do portador de deficiência, como também para sua inclusão social, procurando o respeito à sua dignidade como ser humano e à sua autonomia da vontade, colocando em segundo plano a questão de sua vulnerabilidade.

Nessa mesma concepção, Stolze (2016, *online*) preceitua que “o estatuto da pessoa com Deficiência traduz uma verdadeira conquista social ao inaugurar um sistema normativo inclusivo, que homenageia o princípio da dignidade da pessoa humana em diversos níveis”, assim o Estatuto representa um grande avanço na proteção da pessoa com deficiência, uma vez que garante benefícios e medidas para a sua inclusão social.

Stolze (2016, *online*) explica ainda que o Estatuto buscou homenagear:

O princípio da dignidade da pessoa humana, fazendo com que a pessoa com deficiência deixasse de ser “rotulada” como incapaz, para ser considerada - em uma perspectiva constitucional isonômica - dotada de plena capacidade legal, ainda que haja a necessidade de adoção de institutos assistenciais específicos, como a tomada de decisão apoiada e, extraordinariamente, a curatela, para a prática de atos na vida civil.

Além da conquista social, pode-se dizer que com a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência ocorreram grandes mudanças no ordenamento

brasileiro, o que tem gerado grandes debates entre os civilistas, principalmente por acabar com a incapacidade absoluta prevista em razão de deficiência física ou mental, assim como acarretou mudanças significativas no instituto da curatela, que passou a ter caráter excepcional.

Isso ocorre porque após a entrada em vigor da Lei nº. 13.146/15 a pessoa com deficiência, não deve mais ser considerada civilmente incapaz, pois os artigos 6º e 84, do mesmo dispositivo, deixam claro que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa. Segundo Stolze (2016, *online*):

Ainda que, para atuar no cenário social, precise se valer de institutos assistenciais e protetivos como a tomada de decisão apoiada ou a curatela, a pessoa deve ser tratada, em perspectiva isonômica, como legalmente capaz.

Nessa concepção Diniz (2016, p. 265) aponta que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ocasionou um grande impacto na teoria das incapacidades, pois ao retirar as expressões relacionadas à pessoa com deficiência, pretendeu que esta não mais figurasse no rol dos incapazes, considerando-a como plenamente capaz, mesmo que, em casos extraordinários e eventuais, possam ficar sob o instituto da curatela ou fazer uso da tomada de decisão apoiada para exercer atos da vida civil.

Assim, as mudanças ocasionadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência acabaram por gerar “modificações no regime das capacidades, bem como nova regulamentação da curatela, no novo código de processo civil” conforme ilustra Requião (2016, p. 150). Nesse contexto, faz-se necessário elucidar as principais inovações, e alterações dessa lei no ordenamento jurídico brasileiro.

## 2 DA PROTEÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL

O Código Civil foi elaborado de forma, a “proteger” a pessoa com deficiência, que até bem pouco tempo era considerada uma pessoa incapaz e que por ser vulnerável precisava ter uma maior proteção jurídica.

Com a publicação da Lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência deixou de fazer parte do rol dos incapazes, uma vez que a deficiência não induz necessariamente a incapacidade.

Nesse sentido, Farias e Rosenvald (2016, p. 323) esclarecem que não se pode estabelecer uma correlação entre incapacidade jurídica e deficiência (física ou psíquica), pois não é pelo simples fato de uma pessoa ter uma deficiência que esta será considerada juridicamente incapaz de manifestar suas vontades.

Após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, foram alterados e revogados alguns artigos do Código Civil, inserindo mudanças estruturais e funcionais no que diz respeito à teoria das incapacidades, o que refletiu diretamente nos institutos da curatela e da interdição, incentivando a análise de tais institutos.

### 2.1 DA CAPACIDADE CIVIL

O Código Civil de 2002 já nos primeiros artigos busca tratar da pessoa natural como sujeito de direito, trazendo por consequência de forma sistematizada a teoria da capacidade e incapacidade.

Como preceito inicial, o Código Civil em seu artigo 1º estabelece que "Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil". O que deixa claro que a capacidade é a regra, e a incapacidade é a exceção.

Segundo Farias e Rosenvald (2016, p. 319) a capacidade é uma espécie de medida jurídica da personalidade, reconhecida a todas as pessoas naturais e jurídicas. Na concepção de Diniz (*apud* TARTUCE, 2014, p. 108) a capacidade civil, em sentido genérico, pode ser assim classificada:

Capacidade de direito ou de gozo – é aquela comum a toda pessoa humana, inerente à personalidade, e que só se perde com a morte prevista

no texto legal, no sentido de que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil (art. 1º do CC).  
Capacidade de fato ou de exercício – é aquela relacionada com o exercício próprio dos atos da vida civil.

Assim, esclarecem também Farias e Rosenvald (2016, p. 319-320), que a capacidade de direito ou gozo é aquela reconhecida indistintamente a toda e qualquer pessoa titular de personalidade, ou seja, é a aptidão genérica reconhecida a pessoa titular de direitos e obrigações. E a capacidade de fato ou de exercício é considerada a aptidão para a prática pessoalmente, dos atos da vida civil. Ainda faz-se importante ressaltar que Tartuce (2014, p. 108), deixa claro que:

Toda pessoa tem capacidade de direito, mas não necessariamente a capacidade de fato, pois pode lhe faltar a consciência para o exercício dos atos de natureza privada. Desse modo, a capacidade de direito não pode, de maneira alguma, ser negada a qualquer pessoa, podendo somente sofrer restrições quanto ao seu exercício.

Nesse contexto Diniz (2016, p. 266) elucida que a capacidade jurídica da pessoa em alguns casos pode ser limitada, uma vez que a pessoa pode ter o gozo de um direito sem ter o seu exercício por ser incapaz, nesses casos o incapaz necessitará de um representante legal que lhe prestará assistência.

Nesse mesmo sentido, Requião (2016, p. 53) ilustra que toda pessoa possui capacidade de direito, e para possui-la não é necessário preencher nenhum requisito. Já quando se fala em capacidade de agir, Requião (2016, p. 56) explica que “a capacidade de agir, ao contrário da capacidade de direito, não é possuída por todos os sujeitos, já que o ordenamento enumera requisitos para que seja o sujeito considerado capaz”, sendo assim toda pessoa natural nasce sem a capacidade de exercício, e só é possível adquiri-la com o passar do tempo.

Segundo Stolze (2014, p. 147) nem toda pessoa possui aptidão para exercer pessoalmente os seus direitos, e caso, se puder atuar pessoalmente, possuirá capacidade de fato ou de exercício. Nesse contexto, quando a pessoa só tem a capacidade de direito, diz-se que esta tem capacidade limitada, e para ter a capacidade plena, a pessoa deverá possuir a capacidade de direito e a capacidade de exercício.

Conforme os preceitos de Farias e Rosenvald (2016, p. 319) “a plena capacidade jurídica, corresponde à efetiva possibilidade, concedida pela ordem

jurídica, de que o titular de um direito atue, no plano concreto, sozinho, sem qualquer auxílio de terceiros”. Sendo assim, deve-se ressaltar que a plena capacidade jurídica é a regra, e a restrição a essa capacidade, através de limitações aos exercícios dos atos cíveis é uma forma excepcional, devendo sempre estar estabelecida em lei.

## 2.2 DA INCAPACIDADE

A incapacidade civil é a limitação legal a um indivíduo ao praticar atos da vida civil. Encontra-se nessa circunstância, a pessoa que não tem capacidade de fato ou de exercício, ou seja, que esteja impossibilitada de manifestar real e juridicamente a sua vontade.

Conforme explana Rodrigues (2002, p. 41), “a incapacidade é o reconhecimento da inexistência, numa pessoa, daqueles requisitos que a lei acha indispensáveis para que ela exerça o seus direitos”. Nesse sentido Diniz (2012, p. 168) ilustra que “A incapacidade é a restrição legal ao exercício dos atos da vida civil, devendo ser sempre encarada estritamente, considerando-se o princípio de que a ‘capacidade é a regra e a incapacidade a exceção’”. Corrobora Pereira (*apud* DINIZ, 2012, p. 170):

O instituto da incapacidade visa proteger os que são portadores de uma deficiência jurídica apreciável, graduando a forma de proteção que para os absolutamente incapazes (CC, art. 3º) assume a feição de representação, uma vez que estão completamente privados de agir juridicamente, e para os relativamente incapazes (CC, art. 4a) o aspecto de assistência, já que tem o poder de atuar na vida civil, desde que autorizados.

No que tange a teoria da incapacidade, o Código Civil distingue de forma sistematizada as questões relativas às limitações da autonomia pela incapacidade, usando como fundamento a proteção do incapaz. Conforme esclarece Requião (2016, p. 65) na época da regulamentação do código civil doutrinadores como Carlos Roberto Gonçalves e Silvio Salvo Venosa costumavam se referir ao incapaz como alguém vulnerável e, por conseguinte, merecedor de proteção.

Na atualidade, doutrinadores como Farias e Rosenvald (2016, p. 322) dizem que apesar do incapaz reclamar um tratamento individualizado, na medida em que

não possuem um mesmo quadro de compreensão da vida e dos atos habituais das pessoas plenamente capacitadas, não se pode dizer que a pessoa portadora de deficiência seja uma pessoa vulnerável.

Assim, Farias e Rosenvald (2016, p. 321) enfatizam que não há que se confundir incapacidade com vulnerabilidade, pois vulnerabilidade é um estado inerente de risco que enfraquece um dos contratantes, desequilibrando uma relação jurídica, já incapacidade diz respeito à falta de perfeita compreensão para a prática de atos jurídicos.

Na concepção de Farias e Rosenvald (2016, p. 323) o Código Civil nos artigos 3º e 4º “limitou a capacidade genérica para prática de atos da vida civil pessoalmente (ou seja, restringiu a capacidade plena da pessoa humana)”, uma vez que tais artigos estabelecem hipóteses de falta de capacidade jurídica plena.

Nesse sentido, o Código Civil buscou esclarecer as restrições da plena capacidade, elencando as limitações do exercício dos atos civis. E logo nos primeiros artigos, procurou distinguir as pessoas absolutamente incapazes (art. 3º) das pessoas denominadas de relativamente incapazes (art. 4º).

**Código Civil de 2002 (redação originária)**

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I: os menores de dezesseis anos;

II: os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

III: os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.

O ordenamento jurídico brasileiro subdivide a incapacidade em: incapacidade absoluta e a incapacidade relativa. Segundo Tartuce (2014, p. 109), a incapacidade absoluta, “envolve situações em que há proibição total para o exercício de direitos por parte da pessoa natural, [...] os absolutamente incapazes são detentores de direitos, porém não podem exercê-los pessoalmente, devendo ser representados”.



Enquanto a “incapacidade relativa diz respeito àqueles que podem praticar os atos da vida civil, desde que haja assistência” (TARTUCE, 2014, p. 111).

Sendo assim, os absolutamente incapazes não possuem capacidade de agir, devendo, ter um representante legal, para praticar dos atos da vida civil. E os relativamente incapazes podem praticar por si atos da vida civil, desde que assistidos.

### 2.3 MUDANCAS NO REGIME DAS INCAPACIDADES APÓS O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Com o advento da lei nº 13.146/15 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, o rol das pessoas consideradas incapazes pelo Código Civil foi significante alterado, pois o art. 114 do Estatuto revogou todos os incisos do art. 3º e alterou os incisos II e III do art. 4º, causando por consequência grande mudança na teoria das incapacidades.

Dentre as modificações trazidas pelo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é importante ressaltar que as principais se deram no regime de incapacidade absoluta e relativa, uma vez que com a nova redação dos artigos 3º e 4º do Código Civil, a pessoa com deficiência deixou de fazer parte do rol de incapazes, passando a ser considerada como plenamente capaz.

Alterações no Código Civil, após a promulgação da Lei nº 13.146/2015:

#### **Código Civil de 2002 (redação originária)**

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I: os menores de dezesseis anos;

II: os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

III: os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.

#### **Código civil de 2002 (Redação da pela Lei nº 13.146/2015- Estatuto da Pessoa com deficiência)**

Redação atual do artigo 3º do CC:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.

Com a revogação de todos os incisos do art. 3º do Código Civil, o ordenamento jurídico brasileiro passou a ter apenas uma hipótese de incapacidade absoluta, a dos menores de 16 anos. Assim todas as pessoas com deficiência que eram tratadas no art. 3º passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil.

Conforme expõe Tarture (2016, p. 84), após as mudanças, somente são considerados absolutamente incapazes os menores de 16 anos, não havendo a possibilidade de pessoas maiores de idade serem consideradas absolutamente incapazes. Eventualmente, como qualquer outra pessoa, o deficiente maior de idade, poderá ser considerado relativamente incapaz, pois o art. 4º, III não impede a curatela daquele que não pode manifestar sua vontade, por causa transitória ou permanente.

O art. 4º do Código Civil que dispõe sobre os relativamente incapazes também foi modificado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. O seu inciso II não faz mais referência às pessoas com discernimento reduzido e o inciso III não menciona mais os excepcionais sem desenvolvimento completo, assim essas não são mais consideradas relativamente incapazes. Em suma pode-se dizer que houve uma verdadeira revolução na teoria das incapacidades

Na concepção de Tartuce (2016, p. 84), ao retirar as expressões relativas à pessoa com deficiência, o legislador teve por objetivo a plena inclusão da pessoa com algum tipo de deficiência, tutelando a sua dignidade humana, assim deixou de ser considerada uma pessoa vulnerável e passou a ter liberdade para praticar seus atos cíveis. Em contrapartida, Diniz (2016, p. 269) entende que a pessoa com deficiência, ao ser parte do rol dos relativamente incapazes, em nada afetaria sua dignidade como ser humano, até por que dignidade não é sinônimo de capacidade.

Deste modo, com a retirada das expressões relativas à pessoa com deficiência e outras expressões congêneres, a pessoa com deficiência psíquica passa a ser considerada plenamente capaz para a prática da vida civil.

Diniz (2016, p. 266) esclarece que quando o Estatuto da Pessoa com Deficiência retirou a pessoa com deficiência da categoria de incapaz, acabou ampliando e reconstruindo a ideia de capacidade civil.

Com a entrada em vigor do Estatuto, a pessoa com deficiência - aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, nos termos do art. 2º - não deve ser mais tecnicamente considerada civilmente incapaz, na medida em que os artigos 6º e 84, do mesmo diploma, deixam claro que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.

Como esclarecem Rosenvald e Farias (2016, p. 326), “a deficiência não induz a necessariamente a incapacidade”, pois conforme o art. 6º, do Estatuto, a pessoa com deficiência não pode mais ser considerada civilmente incapaz.

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:  
I - casar-se e constituir união estável;  
II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;  
III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;  
IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;  
V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e  
VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Em complemento ao artigo 6º, o artigo 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece que “a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas”. Como aponta Stolze (2016, *online*), “a pessoa com deficiência é legalmente capaz, ainda que pessoalmente não exerça os direitos postos à sua disposição”.

Como bem assinala Requião (2015, *online*) o fato de não se considerar incapaz uma pessoa com deficiência foi um passo importante na busca pela promoção da igualdade dessas pessoas, já que se dissocia a deficiência da incapacidade. Entretanto, a mudança não implica que a pessoa com deficiência não possa vir a ter a sua capacidade limitada para a prática de certos atos, pois eventualmente, quando necessário será submetida à curatela, nos termos da lei.

Mantém-se, assim a possibilidade de que venha ela ser submetida ao regime de curatela.

Deste modo, Farias, Cunha e Pinto (2016, p. 239) elucidam que a capacidade jurídica é a regra e a incapacidade é a exceção, assim não é pelo simples fato de a pessoa apresentar algum tipo de deficiência (física, mental ou intelectual), que deverá ser considerada juridicamente incapaz. Portanto, quando a pessoa com deficiência deixou de fazer parte do rol de incapazes, passou a ser considerada como plenamente capaz.

Como aponta Tartuce (2017, p. 389), após a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência “houve uma verdadeira *revolução na teoria das incapacidades*, o que repercute diretamente nos institutos de direito assistencial, em especial para a curatela” (grifo do autor).

Ocorre que devido a tais mudanças, vêm se consolidando duas correntes doutrinárias, como aponta Tartuce (2017, p. 924):

Percebemos pela leitura de textos publicados na internet em 2015, que duas correntes se formaram a respeito da norma. A primeira condena as modificações, pois a dignidade de tais pessoas deveria ser resguardada por meio de sua proteção como vulneráveis *dignidade-vulnerabilidade*. A segunda vertente aplaude a inovação, pela tutela da *dignidade-liberdade* das pessoas com deficiência, evidenciada pelos objetivos de sua inclusão.

Sendo assim, com as alterações nos artigos 3º e 4º do Código Civil, é irrefutável que houve grandes mudanças na teoria das incapacidades o que refletiu por consequência no regime da curatela e interdição, uma vez que a capacidade plena do indivíduo é intensamente ligada ao instituto da curatela que é destinada à proteção da pessoa incapaz. Com isso se faz necessário que estudar essas mudanças ocasionadas pelo estatuto nos institutos assistenciais.

### **3 AS ALTERAÇÕES NOS INSTITUTOS ASSISTENCIAIS APÓS O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A pessoa com deficiência, ao longo da história, no ordenamento jurídico pátrio sempre foi tratada como incapaz, sendo que, em regra, era submetida à interdição nos casos de incapacidade absoluta, nomeando-se nesses casos um curador para representá-la em todos os atos da vida civil.

Com a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ocorrem mudanças estruturais e funcionais na teoria das incapacidades e, por consequência, afetam diretamente os institutos assistenciais da interdição e da curatela, uma vez que a capacidade plena do indivíduo é intensamente ligada a tais institutos.

Como aborda Requião (2015, *online*), o fato das pessoas com deficiência deixarem de ser consideradas incapazes por força de modificação nos artigos 3º e 4º do Código Civil não significa impedimento para que, em casos concretos, verificada a necessidade fática de auxílio para o exercício da sua capacidade, sejam adotadas medidas protetivas a tais pessoas. Nesse rol, inclui-se a já conhecida curatela (embora guiada por nova ótica), como também a tomada de decisão apoiada.

#### **3.1 CURATELA**

Diniz (2005, p. 1444) conceitua curatela como um instituto que visa à representação de maiores incapazes, havendo um “encargo público cometido, por lei, a alguém para reger e defender uma pessoa e administrar os bens de maiores incapazes, que, por si só, não estão em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade ou deficiência mental”.

Nos ensinamentos de Tartuce (2015, p. 420), curatela é um “instituto assistencial para a defesa dos interesses dos incapazes, visando à realização de atos civis em seu nome”, trata-se ainda, de uma categoria assistência para a defesa dos interesses de maiores incapazes, devidamente interditado.

Nesse sentido, pode-se dizer que curatela é um instituto jurídico criado pela lei visando à proteção pessoal e patrimonial das pessoas incapazes, pelo qual se dá poderes a uma pessoa, denominada de curador, para que proteja, zele, oriente e administre bens de outra pessoa que não pode mais exercer os atos da vida civil. Explica Requião (2016, *online*):

A curatela, que se estabelece a partir do processo de interdição, visa determinar os limites da incapacidade do sujeito para a prática de certos atos, bem como constituir um curador que venha a representá-lo ou assisti-lo nos atos jurídicos que venha a praticar.

Como se sabe estão sujeitos à curatela os maiores incapazes. Ocorre que por força das alterações que foram feitas no art. 3.º do Código Civil pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) não existem mais absolutamente incapazes maiores de idade. Sendo assim, a curatela somente incide para os maiores relativamente incapazes que, na nova redação do art. 4.º do Código Civil, são os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, as pessoas que por causa transitória ou definitiva não puderem exprimir vontade e os pródigos.

Como explanam Rosenvald e Farias (2016, p. 328) “as pessoas com deficiência psíquica, ao serem removidas do rol dos absolutamente e relativamente incapazes, estão libertas do regime de curatela, pela via de uma ação de interdição”. Inclusive o Estatuto da Pessoa com Deficiência revogou parte do artigo 1.767 do Código Civil, que por consequência a pessoa com deficiência deixou de fazer parte do rol dos interditos sujeitos à curatela.

A nova redação do art. 1.767 do Código Civil, apresenta o rol taxativo, das pessoas sujeitas, a curatela.

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:  
I - Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;  
II - (Revogado);  
III - Os ébrios habituais e os viciados em tóxico;  
IV - (Revogado);  
V - Os pródigos.

Como exposto, com a nova redação, não há mais a menção às pessoas com discernimento mental reduzido e aos excepcionais, sendo assim tais pessoas, são consideradas plenamente capazes.

Na visão de Tartuce (2016, p. 84) “a pessoa com deficiência eventualmente, será submetida à curatela, conforme a lei”, uma vez que o art. 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece que a pessoa com deficiência de forma extraordinária e pelo menor tempo possível, poderá ser submetida à curatela:

Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.  
 § 1º Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei.  
 § 2º É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.  
 § 3º A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.

Conforme esclarece Stolze (2016, *online*), a lei não diz que a curatela trata-se de uma medida especial, mas sim uma medida protetiva extraordinária, o que reforça a sua excepcionalidade, devendo ser adotada em casos específicos, na medida em que for necessária, pelo menor tempo possível.

É importante mencionar que o artigo 84 da Lei nº 13.146/2015, além de estabelecer as novas regras da curatela, trouxe ainda uma alternativa que é um novo instituto de proteção denominado tomada de decisão apoiada.

Já o art. 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência preceitua os limites à curatela, no qual a curatela está restrita à prática de atos relacionados ao direito de natureza patrimonial e negocial, devendo o juiz verificar, no caso concreto e na medida do possível, a autodeterminação para a condução das situações existenciais. Veja o que diz o art. 85 da referida norma:

A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.  
 § 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.  
 § 2º A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.  
 § 3º No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado.

Farias, Cunha e Pinto (2016, p. 241) ilustram que o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece que a curatela afeta tão somente os atos patrimoniais, assim

quando o curatelado praticar atos patrimoniais, este sofre restrições uma vez que deverá ser assistido ou representado a depender do caso em concreto, porém os atos de cunho existencial poderão ser praticados diretamente pela pessoa independente de representação ou assistência.

Neste contexto, Tartuce (2016, p. 114) expõe que após o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Podem existir limitações para os atos patrimoniais, e não para os existenciais, que visam à promoção da pessoa humana. Além disso, está previsto no mesmo comando que a curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição.

Assim, para que a pessoa seja submetida à curatela, há necessidade de uma ação judicial específica, com enquadramento em uma das hipóteses do novo art. 4.º do CC/2002, onde o juiz nomeará um curador para representar ou prestar assistência ao curatelado.

Portanto a curatela, instituto tão utilizado até hoje para interdição de pessoas portadoras de alguma limitação física ou mental, passa, a partir do Estatuto, a ser medida extraordinária e limitada à natureza patrimonial (art. 85).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe uma inovação no instituo da curatela, criando a curatela compartilhada. Foi, incluído no Código Civil o artigo 1.175-A, o qual prevê que “na nomeação do curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer a curatela compartilhada a mais de uma pessoa”. Como explica Stolze (2016, *online*) a curatela compartilhada:

Trata-se de uma previsão normativa muito interessante que, em verdade, tornará oficial uma prática comum. Por vezes, no seio de uma família, mais de um parente, além do próprio curador, conduz a vida da pessoa com deficiência, dispensando-lhe os necessários cuidados. Pois bem. O novo instituto permitirá, no interesse do próprio curatelado, a nomeação de mais de um curador, e, caso haja divergência entre eles, caberá ao juiz decidir, como ocorre na guarda compartilhada.

Além da curatela compartilhada, o estatuto criou a possibilidade da autocuratela. Foi incluído no artigo 1768 do Código civil o inciso IV, onde se passou a admitir que a curatela poderá se promovida pela própria pessoa. A autocuratela é um instrumento que possibilita uma pessoa capaz, mediante um documento



apropriado, deixar de forma preestabelecida questões patrimoniais e existenciais de forma personalizada, para serem implementadas em uma eventual incapacidade, evitando, portanto conflitos ou discussões judiciais para a nomeação de um curador.

Porém, o artigo 1768 do Código civil foi revogado expressamente pelo novo CPC (Lei 13.105/2015), ademais, o novo CPC não faz menção a autocuratela ou autointerdição. Como preceitua José Simão (2015, *online*):

*A vacatio legis do Estatuto é de 180 dias contados a partir da publicação (6 de julho de 2015) e a vacatio do novo CPC é de 1 ano (publicação em 17 de março de 2015).*

*A conclusão que se chega é que a vida do artigo 1768 do Código Civil, com a redação dada pelo Estatuto será curtíssima. Em janeiro de 2016 entra em vigor o Estatuto e prevalece a nova redação do art. 1768 que será revogado em março de 2016, prevalecendo, a partir de março, o artigo 747 do novo CPC.*

Pelo menos *a priori*, como o art. 1768 foi revogado pelo Novo Código de Processo Civil, a autocuratela ou a autointerdição vigorou por um curto período de tempo, tendo aplicação somente da entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência (janeiro de 2016), até a vigência do CPC/2015 (18 de março de 2016). Como bem preceitua Tartuce (2017, p. 932) “Esperamos que esse problema de direito intertemporal seja solucionado com a emergência de uma nova norma, no caso originário do PL 757/2015, até porque vemos com bons olhos essa possibilidade de *autointerdição*”. (grifo do autor)

### 3.2 NOVO INSTITUTO DE PROTEÇÃO: TOMADA DE DECISÃO APOIADA

Com a promulgação da Lei nº 13.146/2015, além dos tradicionais institutos assistenciais da tutela e curatela, surge um novo instituto de proteção denominado tomada de decisão apoiada, que é dedicado à assistência da pessoa com deficiência que preserve a plenitude de sua capacidade civil.

A tomada de decisão apoiada é um modelo protecionista para pessoas plenamente capazes, porém em situação de vulnerabilidade por conta de uma deficiência. Por determinação do artigo 116 da Lei nº 13.146/2015, foi inserido no Código Civil, o artigo 1783-A, que traz as regras, do instituto da tomada de decisão apoiada.

Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

§ 1º Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.

§ 2º O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo.

§ 3º Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.

§ 4º A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.

§ 5º Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar que os apoiadores contra assinem o contrato ou acordo, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado.

§ 6º Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão.

§ 7º Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.

§ 8º Se procedente a denúncia, o juiz destituirá o apoiador e nomeará, ouvida a pessoa apoiada e se for de seu interesse, outra pessoa para prestação de apoio.

§ 9º A pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.

§ 10. O apoiador pode solicitar ao juiz a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do juiz sobre a matéria.

§ 11. Aplicam-se à tomada de decisão apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas na curatela.

O artigo Art. 1.783-A do Código Civil deixa claro que por meio da tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência poderá eleger, pelo menos, duas pessoas idôneas com as quais mantenha vínculo e que goze de sua confiança para prestar-lhe apoio nas tomadas de decisões, fornecendo-lhe os elementos e informações necessárias, para que possa exercer sua capacidade.

A figura do apoiador é diferente da figura do curador, pois o apoiador não será representante nem assistente, mais sim um elemento de apoio, que forneça segurança a pessoa que o solicita. Desse modo, ilustra Rosenvald (2015, *online*) que:

Na Tomada de Decisão Apoiada o beneficiário conservará a capacidade de fato. Mesmo nos específicos atos em que seja coadjuvado pelos apoiadores, a pessoa com deficiência não sofrerá restrição em seu estado de plena capacidade, apenas será privada de legitimidade para praticar episódicos atos da vida civil.

Continua Rosenvald (2016, p. 8):

Quando a pessoa deficiente possua limitações no exercício do autogoverno, mas preserve de forma precária a aptidão de se expressar e de se fazer compreender, o caminho não será o binômio incapacidade relativa/curatela. A Lei 13.146/15 criou a Tomada de Decisão Apoiada (art. 1.783-A, CC) como *tertium genus* protetivo em prol da assistência da pessoa deficiente que preservará a capacidade civil.

Nesse contexto, Farias e Rosenvald (2016, p. 338 - 339) explicam que existem pessoas, que apesar de possuir algum tipo de deficiência ou retardamento psíquico, a exemplo das pessoas portadoras da Síndrome de Down ou alguém que tenha discernimento reduzido, é considerada plenamente capaz pode exprimir sua vontade sem ser representado ou assistido. Ocorre que tais pessoas podem exigir uma atenção diferenciada, e para assegurar a sua dignidade e igualdade substancial surge no Instituto da Tomada de Decisão Apoiada, que tem por objetivo uma assistência, à pessoa com deficiência, de forma a preservar a plenitude de sua capacidade civil.

Assim, conforme esclarece Stolze (2016, *online*), agora:

Pessoas com deficiência e que sejam dotadas de grau de discernimento que permita a indicação dos seus apoiadores, até então sujeitas a uma infestável interdição e curatela geral, poderão se valer de um instituto menos invasivo em sua esfera existencial.

A tomada de decisão apoiada trata-se de um instituto que, à semelhança ao instituto da curatela, constitui-se também pela via judicial. Porém, como explicam Farias e Rosenvald (2016, p. 340), a tomada da decisão apoiada é bem mais elástica do que a curatela, pois:

[...] estimula a capacidade de agir e a autodeterminação da pessoa beneficiária do apoio, sem que sofra o estigma social da curatela, medida nitidamente invasiva à liberdade da pessoa. Não se trata de um modelo limitador da capacidade de agir, mas de um remédio personalizado para as necessidades existenciais da pessoa, no qual as medidas de cunho

patrimonial surgem em caráter acessório, prevalecendo o cuidado assistencial e vital ao ser humano.

Assim, a Tomada de decisão apoiada objetiva resguardar a liberdade e a dignidade da pessoa com deficiência, sem restringir seus desejos e anseios vitais. Como bem elucidam, Farias, Cunha e Pinto (2016, p. 240) que “a tomada de decisão apoiada é um procedimento especial de jurisdição voluntaria destinado à nomeação de dois apoiadores que assumem a missão de auxiliar a pessoa em seu cotidiano”.

De acordo com o § 1º do art. 1.783-A, “Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido [...]”. Farias e Rosenvald (2016, p. 341) abordam que o objetivo do apoio é:

[...] fornecer qualidade de vida à pessoa com deficiência, cabendo aos dois apoiadores seguir fielmente o termo levado a juízo, tendo em consideração as concretas e efetivas necessidades e aspirações do beneficiário. O beneficiário do apoio conservará a sua autodeterminação em todos os atos que não estejam incluídos no acordo. Assim, para a satisfação dos atos ordinários da vida cotidiana, não necessitará de auxílio dos apoiadores.

A tomada de decisão apoiada é medida cuja legitimidade ativa cabe somente ao sujeito que dela fará uso (artigo 1783-A, §2º, CC), o que reforça o papel da autonomia da pessoa com deficiência, pois essa terá apoiadores não porque lhe foram designados, mas sim por que, quis designa-lo.

Recebendo a petição inicial, o juiz deve designar uma equipe interdisciplinar para proceder à avaliação da pessoa interessada, além de ouvir as pessoas que prestarão apoio nos termos do artigo 1783-A, §3º, CC. Nesse sentido, aponta Requião (2015, *online*) o juiz, antes de decidir, sobre o pedido de decisão apoiada, deverá ouvir não apenas o requerente, como também os apoiadores, o Ministério Público e equipe multidisciplinar.

Como salienta Farias e Rosenvald (2016, p. 341), “o juiz não está adstrito à nomeação dos apoiadores indicados na petição inicial, podendo optar por outros, a depender do caso, dês que disponha de fundamentação suficiente”.

Sendo assim, pode-se concluir que, ao criar o instituto da tomada de decisão apoiada, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ocasionou um grande avanço na

regulamentação dos direitos das pessoas com deficiência, passando a permitir e respeitar a autonomia dessas pessoas.

### 3.3 INTERDIÇÃO

Conforme narra Theodoro Jr. (2016, p. 518) a ação de interdição, “é a demanda pela qual pretende a decretação da perda ou da restrição da capacidade de uma pessoa natural para a prática de atos da vida civil, constituindo o estado jurídico de interdito – sujeição da pessoa natural à curatela”.

Na concepção de Gonçalves (2012, p. 677) “a interdição tem a finalidade de retirar da pessoa a capacidade civil e livre disposição de seus bens da vida”. Assim a Interdição é uma ação com procedimento especial, que tem por objetivo a declaração da incapacidade de determinada pessoa, para comandar sozinho seus atos da vida civil. E, uma vez decretada a interdição pelo magistrado, o interditado não mais poderá comandar os atos de sua vida civil, fazendo necessária a nomeação de um curador, o que é feito na mesma ação de interdição.

Nesse sentido, Diniz (2016, p. 276) proclama que “a interdição é uma medida excepcional de proteção a incapaz, que decorre de ato judicial, que declara a incapacidade relativa, real e efetiva, de um adulto para prática de atos na vida civil, com o escopo de evitar dano ao seu patrimônio”.

Como abordado anteriormente, não existe mais no ordenamento brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de 18 anos, sendo assim, não há de se falar em ação de interdição absoluta, pois os menores não são interditados. Assim devido às mudanças, acarretada pelo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no artigo 3º e 4º do Código Civil, a pessoa com deficiência passou a ser considerada plenamente capaz, para a prática dos atos de sua vida civil.

Dessarte, como todas as pessoas com deficiência passam a serem plenamente capazes, estas não poderão ser mais interditadas, ficando sujeitas a interdição os maiores de 16 anos e menores de 18 anos, os ébrios habituais, os toxicômanos e os pródigos.

Ademais, as mudanças na teoria das incapacidades ocasionaram por consequência mudanças no regime da curatela. Nesse contexto, o artigo 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência deixou de prever expressamente a interdição,

submetendo a pessoa com deficiência ao regime da curatela, restrita apenas aos atos de caráter negocial e patrimonial.

Com as mudanças no regime da curatela e da interdição, surgiu o questionamento doutrinário com relação à existência ou não da ação de interdição da pessoa com deficiência. Isso porque com o advento da Lei 13.146/2015 o art. 1.768 do Código Civil foi alterado, deixando este de mencionar que "a interdição será promovida"; e passando a enunciar que "o processo que define os termos da curatela deve ser promovido". Além do mais, os artigos 1769, 1771 e 1772 tiveram o vocábulo interdição substituídos por curatela.

Deste modo, alguns doutrinadores sustentam que, a partir da entrada em vigor do Estatuto, não há mais que se falar em ação de interdição, outros defendem que apesar das reformas, ainda existe o procedimento de interdição no ordenamento brasileiro.

Sendo assim, é necessário um estudo mais aprofundado com o objetivo de se verificar se ainda é possível a interdição da pessoa com deficiência, agora considerada plenamente capaz pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. E, ainda, como deverão ser interpretados os artigos que sofrerão alterações tanto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência quanto pelo Novo Código de Processo Civil.

## **4 ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS PROMOVIDAS PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM CONFLITO COM O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

O Estatuto da Pessoa com Deficiência ao efetuar as mudanças no art. 3º e 4º do Código Civil, ocasionou grandes mudanças na teoria das incapacidades o que, por consequência, afeta diretamente os institutos da curatela e da interdição, fato este que levantou a questão de uma possível extinção da interdição, ou pelo menos, uma futura inutilidade do instituto.

Esse dilema se existe ou não a interdição da pessoa com deficiência após o Estatuto, aumentou com a entrada em vigor do Novo Código de processo Civil, uma vez que este revogou o art. 1.768 do Código Civil, de modo que fez incidir uma antinomia entre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e Código de Processo Civil. Pois o Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe inovações que buscam minimizar o instituto da interdição, e o Novo Código de Processo Civil é inteiramente estruturado no processo de interdição, como se nota o tratamento constante entre os artigos 747 a 758 do Novo Código de Processo Civil.

Após o *vacatio legis* do Novo Código de Processo Civil alguns dispositivos alterados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência foram revogados, causando um “atropelamento” legislativo, surgindo, portanto a dúvida de qual dispositivo legal deverá prevalecer.

### **4.1 A AÇÃO DE INTERDIÇÃO AINDA É POSSÍVEL?**

A interdição é um processo de reconhecimento de incapacidade em razão de enfermidade, doença, deficiência, vício ou prodigalidade. Só pessoas incapazes são interditadas. Como bem proclama Grilo (2012, p. 146), pode-se sintetizar a interdição como sendo:

A ação na qual se requer seja declarada a incapacidade de uma pessoa para comandar seus atos na vida civil e, conseqüentemente, seja nomeado um curador para a mesma. Uma vez decretada a interdição pelo magistrado, o interditado não mais poderá comandar os atos a sua vida civil, portanto, faz-se necessário a nomeação de um curador, o que é feito na mesma ação de interdição.

Nessa acepção, a interdição é o instrumento processual pelo o qual se tem a declaração da incapacidade da pessoa natural, sendo ainda uma ação com duplo objetivo: a interdição do incapaz e a nomeação de seu curador.

É importante, salientar que após as mudanças na teoria das incapacidades, ocasionadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, não existe mais, no ordenamento pátrio, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, como já mencionado anteriormente. Como consequência, não há que se falar mais em ação de interdição absoluta no sistema civil brasileiro, pois os menores não são interditados.

Como explica Tartuce (2017, p. 930):

O art. 1.767 do CC/2002 traz o rol taxativo dos *interditos*, ou seja, daqueles que estão sujeitos à curatela. Como não poderia ser diferente, a norma foi modificada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, diante da revolução que atingiu a teoria das incapacidades. Curioso perceber que a Lei 13.146/2015 traz a ideia não de interdição, mas de uma ação judicial em que haverá a nomeação de um curador.

Assim, após a edição do Estatuto da Pessoa com Deficiência, os doutrinadores passaram a discutir se ainda existe no ordenamento brasileiro o procedimento da interdição da pessoa com deficiência ou se viável juridicamente apenas uma demanda com nomeação de um curador.

Isso porque a Lei 13.146/2015 alterou o art. 1.768 do Código Civil, deixando de mencionar que "a interdição será promovida"; e passando a enunciar que "o processo que define os termos da curatela deve ser promovido". Desse modo, alguns doutrinadores sustentam que, a partir da entrada em vigor do Estatuto, não existe mais a ação de interdição, outros sustentam que apesar das reformas, ainda existe o procedimento de interdição no ordenamento brasileiro. Na visão de Rosenvald (2016, p. 7):

A partir da vigência da Lei n. 13.146/15, será abolido o vocábulo 'interdição'. Ele remete a uma noção de curatela como medida restritiva de direito e substitutiva da atuação da pessoa que não se concilia com a vocação promocional da curatela especial concebida pelo estatuto.

Nesse mesmo sentido, Lôbo (2016, *online*), sustenta que após a entrada em vigor do Estatuto:



Não há que se falar mais de 'interdição', que, em nosso direito, sempre teve por finalidade vedar o exercício, pela pessoa com deficiência mental ou intelectual, de todos os atos da vida civil, impondo-se a mediação de seu curador. Cuidar-se-á, apenas, de curatela específica, para determinados atos.

Em contrapartida, Correia (2015, *online*) afirma que mesmo depois da promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ainda existe o instituto da interdição, pois:

A pessoa com deficiência mental severa continuam sujeitas à interdição quando relativamente incapazes. A alteração legislativa, que excluiu a expressão 'deficiência mental' do texto do artigo 4º, CC, não veda a interdição quando o deficiente não possa, por causa transitória ou permanente, manifestar sua vontade. O artigo 84, §1º, EPD, enfatiza que, “quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida a curatela”, “proporcional às necessidades às circunstâncias de cada caso”, durando o menor tempo possível (§3º).

Para Stolze (2016, *online*):

Na medida em que o Estatuto é expresso ao afirmar que a curatela é extraordinária e restrita a atos de conteúdo patrimonial ou econômico, desaparece a figura da “interdição completa” e do “curador todo-poderoso e com poderes indefinidos, gerais e ilimitados”.

Ademais o artigo 84 § 3º do Estatuto prescreve que a “curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível”.

Conforme esclarece Stolze (2016, *online*) a lei não diz que a curatela trata-se de uma medida especial, mas sim uma medida protetiva extraordinária, o que reforça a sua excepcionalidade, devendo ser adotada em casos específicos, na medida em que for necessária, pelo menor tempo possível. Isso porque, de acordo como o Estatuto, a curatela, está restrita a atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Portanto, a interdição deixou de ser a regra, passando a ser uma medida extraordinária, como dispõe o artigo 85 do Estatuto.

Art. 85 - A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1º - A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

§ 2º - A **curatela constitui medida extraordinária**, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.

§ 3º - No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado. (grifo nosso)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, pautado no princípio da dignidade da pessoa humana, passou a estabelecer que o procedimento de curatela é extraordinário e está limitado aos atos de cunho econômico ou patrimonial. Sendo assim, o procedimento de interdição continua a existir no ordenamento jurídico brasileiro, contudo, com uma nova concepção, sendo ajustada às necessidades das pessoas com deficiência.

Como bem acentuou Pereira (*apud* STOLZE, 2016, *online*) “o procedimento de interdição ou de curatela continuará existindo, ainda que em uma nova perspectiva, limitada aos atos de conteúdo econômico ou patrimonial”. Nesse sentido Abreu (*apud* STOLZE, 2016, *online*), afirma que é “o fim, portanto, não do “procedimento de interdição”, mas sim, do *standard* tradicional da interdição, em virtude do fenômeno da “flexibilização da curatela””. Nesse contexto a curatela passou a ser mais “personalizado” ajustado à efetiva necessidade daquele que se pretende proteger (STOLZE, 2016, *online*).

Além do mais, com explica Tartuce (2017, p. 930), na contra mão do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Novo Código de Processo Civil, adotou outros caminhos estando inteiramente estruturado no processo de interdição. Nesse sentido “será necessário a promulgação de uma nova norma para esclarecer se cabe a ação de interdição ou uma demanda com nomeação de um curador” (TARTUCE, 2017, p. 932).

#### 4.2 ATROPELAMENTOS LEGISLATIVOS: PRINCIPAIS ANTINOMIAS ENTRE O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Como explica Simão (2015, *online*) o Código de Processo Civil foi publicado em 17 de março de 2015 com a *vacatio legis* de um ano, já Estatuto da Pessoa com Deficiência foi publicado no dia 06 de julho de 2015 com a *vacatio* de 180 dias contados a partir da publicação.

Ora, pelo critério cronológico, que disciplina as regras de lei no tempo, a norma posterior revoga a anterior naquilo que for incompatível, conforme art. 2º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Assim, alguns artigos modificados pelo Estatuto acabaram por ser revogados pelo Novo CPC, ocasionando verdadeiros atropelamentos legislativos.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência entrou em vigor no início de 2016 provocando mudanças impactantes no ordenamento brasileiro. Como já abordado anteriormente, no tocante a interdição, consideráveis foram as alterações engendradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, porém quando o Novo Código de Processo Civil entrou vigor acabou por revogar diversos dispositivos que tratavam da matéria, surgindo, portanto, vários atropelamentos legislativos. Como explica Tartuce (2017, p. 387):

A recente Lei 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), alterou artigos do Código Civil sobre a matéria. Todavia, alguns desses dispositivos foram revogados pelo Código Civil, em um verdadeiro *cochilo do legislador* que gerou o *atropelamento* de uma norma jurídica por outra.

Tartuce (2017, p. 930) ilustra que o art. 1.767 do CC/2002 traz o rol taxativo dos *interditos*, ou seja, daqueles que estão sujeitos à curatela. Tal dispositivo foi modificado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, diante da revolução que atingiu a teoria das incapacidades. Curioso perceber que a Lei 13.146/2015 traz a ideia não de interdição, mas de uma ação judicial em que haverá a nomeação de um curador. Na contramão, o Novo CPC adotou outros caminhos, estando todo estruturado na ação de interdição.

Como explicado anteriormente, o Estatuto alterou o art. 1.768 do Código Civil, deixando de mencionar que “a interdição será promovida”, e passando a enunciar que “o processo que define os termos da curatela deve ser promovido”.

Além disso, o art. 1.768 do Código Civil, ao ser alterado pela Lei 13.146/2015, passou a prever a possibilidade de interdição pela própria pessoa com deficiência (*autointerdição*).

Argumenta Tartuce (2017, p. 932) “que o Novo CPC está todo baseado no processo de interdição, enquanto a ideia constante no dispositivo, alterado pelo estatuto, não trata propriamente de um processo de interdição, mas de uma demanda em que se nomeia um curador”. Todavia esse dispositivo não existe mais no sistema, pois foi revogado, como explana Tartuce (2017, p. 931):

O grande problema é que esse dispositivo material foi revogado expressamente pelo art. 1.072, inciso II, do CPC/2015. Sendo assim, a norma ficou em vigor por pouco tempo, entre janeiro e março de 2016, quando o Estatuto Processual passou a ter vigência. Pensamos que será necessária uma nova norma, no caso o PL 757/2015, fazendo com que o dispositivo do EPD volte a vigorar, afastando esse atropelamento legislativo.

O art. 1.771 do Código Civil também foi alterado pela lei 13.146/2015. Como explica Tarture (2017, p. 935):

O diploma previa anteriormente que “antes de pronunciar-se acerca da interdição, o juiz, assistido por especialistas, examinará pessoalmente o arguido de incapacidade”. Agora, passou a expressar que “antes de se pronunciar acerca dos termos da curatela, o juiz, que deverá ser assistido por equipe multidisciplinar, entrevistará pessoalmente o interditando”. [...]. Eis outro dispositivo que também perderá vigência, por ter sido revogado expressamente pelo Código de Processo Civil de 2015 (art. 1.072, inciso II).

Porém como o dispositivo foi revogado pelo Novo CPC, tal preceito teve aplicação por um curto período de tempo.

Como se pode notar, com o advento do estatuto, houve, inicialmente, alteração na redação dos artigos 1.768, 1.769, 1.771 e 1.772 do Código Civil, que tiveram o vocábulo “interdição” substituído por “curatela” dentre outras alterações. Posteriormente, com a entrada em vigor do Novo CPC, foram revogados expressamente os artigos 1.768 a 1.773 do CC conforme dispõe o artigo 1072, inciso II do Novo CPC. No entendimento de Tartuce (2017, p. 931), será necessária uma nova lei, no caso o PL 757/2015, fazendo com que o dispositivo do EPD volte a vigorar, afastando-se, portanto os atropelamentos legislativos.

Até que isso ocorra, uma alternativa viável para fazer prevalecer o *espírito* do Estatuto é a utilização das suas regras com alento doutrinário na Convenção de Nova York, tratado internacional de direitos humanos que tem força de Emenda à Constituição.

De qualquer modo, reafirme-se que só a edição de uma terceira norma apontando qual das duas deve prevalecer não basta, pois o Novo CPC é inteiramente estruturado no processo de interdição, como se nota do tratamento constante entre os seus arts. 747 a 758. (TARTUCE 2017, p. 931).

Sendo assim, na opinião de Tartuce (2017, p. 931) “será imperiosa uma reforma considerável do CPC/2015, deixando-se de lado a antiga possibilidade da interdição, substituindo-a, pelos termos antes propostos”.

#### 4.3 POSSÍVEL SOLUÇÃO: PROJETO DE LEI 757/2015

Pouco tempo após a entrada em vigor, do Estatuto da Pessoa com Deficiência o sistema das incapacidades, sofreu diversas alterações, isso porque o artigo 1072 do Novo Código de Processo Civil revoga expressamente os artigos 1768 a 1772 do Código Civil, que foram alterados pelo o Estatuto. Como ilustra Tartuce (2017, 387) o Estatuto foi elaborado sem se atentar às regras do Novo CPC, ocasionando graves “atropelamentos Legislativos”. Na concepção do autor é necessária, uma nova lei para sanar essas divergências:

Pensamos que é necessário um trabalho legislativo para sanar tal impasse, não pensado pelas autoridades competentes do Legislativo e do Executivo. Nesse sentido, o Projeto de Lei 757/2015, em curso no Senado Federal, pretende adequar o Novo CPC ao EPD, contando com o parecer e o apoio parcial deste autor (TARTUCE 2017, p. 387).

O projeto de Lei 757/2015 de autoria dos senadores Paulo Paim e Antônio Carlos Valadares, que tramita no senado tem por objetivo harmonizar as divergências no Código Civil, no Estatuto da Pessoa com Deficiência e no Código de Processo Civil, adequando o Novo CPC ao EPD.

Como, explica Tartuce (2017, p. 930) “o Projeto de Lei 757/2015 pretende reparar esse conflito, introduzindo uma expressão única não só no Novo CPC, mas em toda a legislação, que pode ser *ação de nomeação de curador* ou *medida de amparo curatelar*” (grifo do autor).

Dispõe a ementa do projeto:

**Ementa:** do projeto de lei 757/2015.

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

Assim o projeto de lei visa alterar o Código Civil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Processo Civil para não vincular automaticamente a condição de pessoa com deficiência a qualquer presunção de incapacidade, mas garantindo que qualquer pessoa com ou sem deficiência tenha o apoio de que necessite para os atos da vida civil. Tartuce (2016, *online*) vê com bons olhos esse projeto de lei:

Primeiro, porque ele repara o citado problema dos atropelamentos legislativos provocados pelo novo CPC. Segundo, porque regula situações específicas de pessoas que não têm qualquer condição de exprimir vontade, e que devem continuar a ser tratadas como absolutamente incapazes, na opinião de muitos.

Além de corrigir os “atropelamentos legislativos” o projeto de lei 757/2015 se “propõe a garantir a qualquer pessoa com limitações na capacidade de expressar seus interesses, tendo ou não deficiência, o apoio legal necessário à prática de atos da vida civil” (FRANCO, 2016, *online*). Valadares e Paim (2015, p. 5) entendem que, da forma como foi aprovado, o Estatuto da Pessoa com Deficiência pode trazer prejuízos aos cidadãos com discernimento reduzido ou incapaz de manifestar a própria vontade. Assim durante a justificativa do projeto de lei, os dois senadores alertam que:

O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi, sem dúvida, um dos maiores avanços legislativos brasileiros em matéria de proteção, valorização e inclusão das pessoas com deficiência, mas, provavelmente em razão da vasta dimensão dos seus 127 artigos, acabou por veicular lapsos e inconsistências legislativas que deixarão juridicamente desprotegidas pessoas desprovidas do mínimo de lucidez ou de capacidade comunicativa. (VALADARES; PAIM, 2015, p. 5).

Nesse sentido, Tartuce (2016, *online*), ilustra que o Estatuto da Pessoa com Deficiência é um avanço, em muitos aspectos, “mas a lei necessita de reparos urgentes, especialmente frente ao novo CPC e quanto ao artigo 3º do Código Civil”.

O artigo 85 do Estatuto restringiu a curatela a atos de natureza patrimonial e negocial, tornando tal instituto uma medida extraordinária. Na contra mão o Novo CPC é todo estruturado no processo de interdição. Assim, no pensamento do autor, vive-se um verdadeiro caos jurídico com relação às questões procedimentais, pois na prática, não se sabe, sequer se o processo de interdição ainda é possível na nossa realidade jurídica (TARTUCE, 2016, *online*).

Tartuce (2016, *online*) diz ainda não acreditar que o projeto de Lei 757/2015 está tentando desconstruir os avanços perpetrados pelo Estatuto, muito pelo contrário, o referido autor, reforça que, o projeto de lei visa resolver graves problemas legislativos. Além do mais “a nova norma será necessária para esclarecer se cabe a ação de interdição ou uma demanda com nomeação de um curador (medida de amparo curatelar)” (TARTUCE, 2017, p. 932).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Publicado em 06 de julho de 2015 a Lei 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência entrou em vigor em janeiro de 2016, tendo por objetivo a inclusão social do portador de deficiência, privilegiando a autonomia da sua vontade, possibilitando o exercício de sua capacidade em igualdade de condições com outras pessoas.

Estatuto da Pessoa com Deficiência traduz uma verdadeira conquista social, pois apresenta diversas garantias às pessoas portadoras de deficiência. Assim, ao inaugurar um sistema normativo inclusivo, o Estatuto tornou-se uma das maiores evoluções legislativas sobre esse tema.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência tem por base o princípio dignidade da pessoa humana, o qual buscou proteger a capacidade da pessoa com deficiência preservando sua liberdade e sua autonomia de vontade. Nesse sentido, após a publicação do Estatuto, a pessoa com deficiência deixou de fazer parte do rol dos incapazes, uma vez que a deficiência não induz necessariamente a incapacidade. A priori, pode-se concluir que a nova Lei veio em boa hora, e conferiu um tratamento mais digno às pessoas com deficiência.

Uma das maiores novidades trazidas pelo o estatuto, diz respeito às modificações na teoria das incapacidades, pois o estatuto revogou e alterou alguns artigos do Código Civil, no qual a pessoa com deficiência deixou de fazer parte do rol dos incapazes. As alterações na teoria das incapacidades refletiram-se nos institutos da curatela e da interdição, uma vez que a capacidade plena do indivíduo é intensamente ligada a tais institutos.

Além das mudanças no instituto da curatela, o Estatuto passou a prever um novo instituto assistencial, da tomada de decisão apoiada, onde a pessoa com



deficiência pode escolher duas pessoas nas quais confia, para que o ajude a manifestar de forma plena a sua vontade.

Após as modificações no ordenamento jurídico brasileiro, ocasionadas pelo Estatuto, levantou-se a discussão se ainda é possível à ação de interdição da pessoa com deficiência.

As pesquisas realizadas indicam que a temática ainda é controvertida. Porém tem prevalecido o entendimento de que a ação de interdição ainda existe, porém de forma excepcional e extraordinária, isso porque a curatela ainda existe, mas, não pode ser aplicada a pessoa absolutamente incapaz, e nem pode ser usada em todos os atos, esta passou a ter um caráter extraordinário, podendo ser determinada somente na medida em que for necessária e sendo por tempo determinado, durando o menor tempo possível.

A curatela constitui medida excepcional e extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado. O estatuto passou a estabelecer que a curatela é restrita aos aspectos de caráter patrimonial, e não mais alcança nem restringe os direitos existenciais, assim os atos que digam respeito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho, entre outros, poderá ser exercido por esse livremente, uma vez que o estatuto determina que a pessoa com deficiência é plenamente capaz para prática de tais atos.

Apesar de todas as mudanças trazidas pelo o estatuto, que em muito auxiliarão a pessoa com deficiência, ainda existem muitas dúvidas e desafios a serem superados pelo os juristas e só a prática e o tempo poderá solucionar os impasses.

.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Vade mecum: legislação selecionada para OAB e concurso. 8. ed. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146, de 06 de julho de 2015.** Vade mecum: legislação selecionada para OAB e concurso. 8. ed. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

\_\_\_\_\_. **Código de Processo Civil, Lei 13.105, de 15 de março de 2015.** Vade mecum: legislação selecionada para OAB e concurso. 8. ed. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

\_\_\_\_\_. **Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm)> Acesso em: 28 out. 2016.

CORREIA, Atalá. Estatuto da Pessoa com Deficiência traz inovações e dúvidas. **Consultor Jurídico**, 3 de agosto de 2015. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2015-ago-03/direito-civil-atual-estatuto-pessoa-deficiencia-traz-inovacoes-duvidas>> Acesso em: 15 nov. 2016.

DINIZ, Maria Helena. A nova teoria das Incapacidades. **Revista Thesis Juris – RTJ**, São Paulo, V. 5, N.2, pp. 263-288, Mai.-Ago. 2016. Disponível em: <[www.revistartj.org.br/ojs/index.php/rtj/article/download/426/pdf](http://www.revistartj.org.br/ojs/index.php/rtj/article/download/426/pdf)> Acesso em: 28 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** Vol. 1: teoria geral do direito. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

\_\_\_\_\_. **Código Civil Anotado.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FARIAS, Cristiano Chaves de; CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Estatuto da Pessoa com Deficiência Comentado artigo por artigo.** Salvador: JusPodivm, 2016.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil:** parte geral e LINDB. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve Histórico da Deficiência e seus Paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v.2, p.132 –144, 2011. Disponível em:<  
[http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM\\_Volume\\_02/Art08\\_NEPIM\\_Vol02\\_BreveHistoricoDeficiencia.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf)>. Acesso em: 15 de jun. de 2017.

FERREIRA, Valdir da Silva; OLIVEIRA, Lilia Novais (2007, p. 53), Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. **Revista Reviva**, Ano 4/2007- PRODIDE.

FOUCAULT, Michel. **História da louca**: na idade clássica. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FRANCO, Simone. Novo CPC ameaça dispositivos do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <  
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/15/novo-cpc-ameaca-dispositivos-do-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 28 de jun. de 2017.

GRILO, Juliana. **Curso de Processo Civil**: procedimentos especiais. Série Aperfeiçoamento de Magistrados. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <  
[http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/10/processocivil\\_146.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/10/processocivil_146.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze. É o fim da interdição? **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 21, n. 4605, 9 fev. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/46409/e-o-fim-da-interdicao>>. Acesso em: 29 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Novo curso de direito civil**, volume 1 : parte geral. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume 6 : direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LÔBO, Paulo. Com os avanços legais, pessoas com deficiência mental não são mais incapazes. **Consultor Jurídico**, 16 de agosto de 2015. Disponível em:<<http://www.conjur.com.br/2015-ago-16/processo-familiar-avancos-pessoas-deficiencia-mental-nao-sao-incapazes>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** - Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: setembro de 2007.

PIOVESAN, Flávia. In: Garcia e Lazari. **Manual de direitos humanos**. Salvador: JusPodivm, 2015.

\_\_\_\_\_. **Temas de direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

REQUIÃO, Maurício. **Estatuto da pessoa com deficiência, incapacidade e interdição**. Salvador: JusPodivm, 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Pessoa com Deficiência altera regime civil das incapacidades**. Conj. 20 de julho de 2015. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-jul-20/estatuto-pessoa-deficiencia-altera-regime-incapacidades>>. Acesso em 18 maio 2017.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Parte Geral**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROSENVALD, Nelson. **Em 11 perguntas e respostas: tudo que você precisa para conhecer o estatuto da pessoa com deficiência**. Disponível em: <[https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/conteudo/boletim/boletim\\_informativo\\_13.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/conteudo/boletim/boletim_informativo_13.pdf)>. Acesso em 18 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. A tomada da decisão apoiada. **Jornal Carta Forense**. 03 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-tomada-da-decisao-apoiada/15956>>. Acesso em 05 de jun. de 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2001.

SIMÃO, José. Estatuto da Pessoa com Deficiência causa perplexidade (Parte 2). **Conjur**. Publicado em 7 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-07/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-traz-mudancas>>. acesso em 15 de jun. de 2017.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: Direito de Família**. Volume 5. 12. ed. ,Rio de Janeiro: Forense, 2017.

\_\_\_\_\_. **Manual de direito civil**. 6. ed. Rio de Janeiro, Forense; São Paulo: Método, 2016.

\_\_\_\_\_. **Impactos do novo CPC no Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

\_\_\_\_\_. **Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral**. Volume 1. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Procedimentos Especiais**: vol. II. 50ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

VALADARES, Antônio Carlos; PAIM, Paulo. **Projeto de lei 757/2015**. Em trâmite no senado federal. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=124251>>. Acesso em: 01 jul. 2017.